



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Requerimento Nº , de 2019.
(Da Sra. Alice Portugal)

"Requer a realização de Audiência Pública para discutir o destino dos precatórios devidos pelos entes do Estado aos professores brasileiros".

Senhor Presidente,

A Câmara dos Deputados já debateu, em comissão geral realizada em 2018, o uso de recursos de precatórios do Fundef para pagar a remuneração, passivos trabalhistas ou bônus de professores e outros profissionais da educação.

Os precatórios têm origem em erros de cálculos da União ao efetuar os repasses da complementação do Fundef – atualmente Fundeb – a estados e municípios. O passivo acumulado no período entre 1998 e 2006 chega a R\$ 90 bilhões.

Existe uma polêmica em torno do entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) de que a vinculação de 60% do Fundo para o pagamento de professores, prevista em lei



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

(11.494/07), não se aplica aos recursos dos precatórios.

Por outro lado, existe também uma Nota Técnica do Ministério da Educação que assegura a não proibição da vinculação.

Aproveitando-se do entendimento do Tribunal de Contas da União, diversos gestores públicos – prefeitos e governadores – têm desrespeitarem a vinculação e estão destinando os recursos dos precatórios para outras áreas.

O risco de vermos evaporados a totalidade desses recursos que são devidos aos professores brasileiros exige a adoção de medidas por parte do Poder Legislativo de forma a preservar direitos e estabelecer regras rígidas para impedir o mal uso de tais recursos.

Desta forma, preocupada com a busca de soluções para esta grave situação, requeiro, nos termos do art. 58, inciso II, da Constituição Federal e do art. 24, inciso VII, e art. 255, a realização de Audiência Pública da Comissão de Educação destinada a debater o destino dos precatórios devidos pelos entes do Estado aos professores brasileiros.

Requeiro ainda que sejam convidados para participar desta Audiência Pública as seguintes autoridades:

- 1- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, SR. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, presidente;
- 2- Deputado JHC;
- 3- Associação dos Professores Licenciados do Brasil –



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

Secção da Bahia (APLB-BA), Professor Rui Oliveira,
presidente;

4- Confederação Nacional dos Municípios – CNM, Sr.
Glademir Aroldi, presidente;

5- Tribunal de Contas da União – TCU, Ministro José
Mucio Monteiro, presidente.

Sala da Comissão, em de abril de 2019.

Alice Portugal
Deputada Federal